

Comissão Central de Pós-Graduação

CCPG



Ata

404^a Reunião Ordinária

17/05/2023

Sala do CONSU

1 **ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA (404ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-**
2 **GRADUAÇÃO.** Aos dezessete de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na Sala
3 de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito
4 de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob
5 a Presidência da Professora Doutora **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos
6 seguintes Membros: Ariovaldo José da Silva (FEAGRI), Aurelio Ribeiro Leite de Oliveira (IMECC),
7 Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Elisa Dell’Arriva
8 (Representante Discente Suplente IC), Enelton Fagnani (FT), Heloísa Helena Pimenta Rocha
9 (FE), José Guilherme Cecatti (FCM), Liliana de Oliveira Rocha (FEA), Luiz Fernando Bittencourt
10 (IC), Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC), Marcelo Lancelotti (FCF),
11 Márcia Azevedo de Abreu (IEL), Marco Lucio Bittencourt (FEM), Mauro Cardoso Simões (FCA),
12 Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Pedro Maciel
13 Guimarães Junior (IA), Renata Cristina Gasparino (FENF), Renato Barroso da Silva (FEF),
14 Rosângela Ballini (IE), Savio Souza Venâncio Vianna (FEQ) e Tiago Zenker Gireli (FECFAU).
15 Justificaram as ausências à Sessão Prof. Valentim Adelino Ricardo Barão (CPG/FOP), Prof.
16 Marko Synésio Alves Monteiro (IG), Sr. Matheus Alves Albino (Representante Discente IFCH) e
17 Sra. Yeda Endrigo Rabelo de Carvalho (Representante Discente IFCH). A **Sra. Presidente** deu as
18 boas-vindas e apresentou os novos membros, Profa. Dra. Claudia Vianna Maurer Morelli
19 (Assessora PRPG), Prof. Dr. José Guilherme Cecatti (CPG/FCM), Profa. Dra. Renata Cristina
20 Gasparino (CPG/FENF), Prof. Dr. Carlos Henrique Inácio Ramos (CPG/IQ) e Prof. Dr. Marco Lucio
21 Bittencourt (CPG/FEM). Em seguida, submeteu à apreciação do plenário a Ata da Quadragésima
22 Segunda (402º) Sessão Ordinária, realizada em 08/02/2023. Não havendo manifestações
23 submeteu a aprovação a referida Ata, a qual foi aprovada com cinco (05) abstenções. Submeteu à
24 apreciação do plenário a Ata da Quadragésima Terceira (403º) Sessão Ordinária, realizada em
25 17/03/2023. O conselheiro Prof. Orlando Luis Goulart Peres solicitou a correção do termo
26 reitor por presidente do CNPq na página oito, linha 24. Submeteu a aprovação da referida
27 Ata, a qual foi aprovada com seis (06) abstenções. Passando para a Ordem do Dia, informou que
28 havia itens para aprovação *ad referendum*, mas não havia destaques da mesa. Perguntou se
29 havia algum destaque ou observação e, não havendo, colocou em votação todos os itens, que
30 foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 1. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E**
31 **CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a) PROC. Nº 23-P-49087/2022 (d). FEF –**
32 Homologação da aprovação *ad referendum* da CCPG de 03/04/2023. Oferecimento da seguinte
33 disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2023: FF216 – “Ser
34 Treinador Esportivo(a): Desconstrução e Reconstrução” – turma A. Carga Horária Total: 15 horas

1 (1 crédito). Período: 1º semestre de 2023. Oferecimento: Professor Participante Temporário:
2 Robyn Lloyde Jones (Cardiff School of Sport and Health Sciences/ Cardiff Metropolitan University,
3 Reino Unido). Fls. 05 a 11. Deliberação CCPG Nº 17/2023. **b) PROC. Nº 04-P-48447/2022 (d).**
4 **FEA** – Homologação da aprovação *ad referendum* da CCPG de 03/04/2023. Oferecimento da
5 seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2023: TP407 –
6 “Sensores Eletroquímicos e Línguas Eletrônicas: Fundamentos e Aplicações” – turma A. Carga
7 Horária Total: 30 horas (2 créditos). Período: 1º semestre de 2023. Oferecimento: Professor
8 Participante Temporário: Manuel del Valle (Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha). Fls.
9 12 a 18. Deliberação CCPG Nº 18/2023. **c) PROC. Nº 09-P-16010/2023 (d).** **IFCH** – Homologação
10 da aprovação *ad referendum* da CCPG de 18/04/2023. Oferecimento da seguinte disciplina como
11 “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2023: CP951 – “Política para Além das
12 Palavras - Silêncio, Babel e Simbolismo em Sociedades Democráticas” – turma A. Carga Horária
13 Total: 30 horas (2 créditos). Período: 1º semestre de 2023. Oferecimento: Professor Participante
14 Temporário: Benjamin Raphael Teitelbaum (Universidade do Colorado, Estados Unidos). Fls. 19 a
15 29. Deliberação CCPG Nº 19/2023. **ITEM 2: ACORDOS.** **a) TERMO DE COOPERAÇÃO**
16 **TÉCNICA ENTRE A CAPES E A UNICAMP – CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NO**
17 **ENSINO SUPERIOR – PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL - DS – PRPG.** Homologação da
18 aprovação *ad referendum* da CCPG de 11/04/2023. Fls. 30 a 34. Deliberação CCPG Nº 20/2023.
19 **b) ACORDO COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (IG) E A UNIVERSIDAD**
20 **AUTÓNOMA DE MADRI (ESPANHA) - SR. EDUARDO ROCHA DE SOUZA - PROC. Nº 22P-**
21 **7758/2023 (d).** **IG** – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da
22 PRPG). Fls. 35 a 62. Deliberação CCPG Nº 21/2023. **c) ACORDO DE COTUTELA ENTRE A**
23 **UNICAMP (IQ) E A UNIVERSITAT JAUME I (ESPANHA) – SR. FELIPE LIPSKY GONZALEZ -**
24 **PROC. Nº 11P-14818/2023 (d).** **IQ** – Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile
25 Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 63 a 88. Deliberação CCPG Nº 22/2023. **d) TERMO**
26 **ADITIVO Nº 4 AO ACORDO COTUTELA FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FEEC) E A**
27 **UNIVERSITY OF SOUTHERN DENMARK-SDU-TEK (DINAMARCA) – SRA. DIANA ESTEFANÍA**
28 **CHÉRREZ BARRAGÁN - PROC. Nº 29P-15347/2023 (d).** **FEEC** – Parecer favorável exarado pelo
29 Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 89 a 105. Deliberação CCPG Nº
30 23/2023. **e) TERMO ADITIVO Nº 3 AO ACORDO COTUTELA FIRMADO ENTRE A UNICAMP**
31 **(FEEC) E A UNIVERSITY OF SOUTHERN DENMARK-SDU-TEK (DINAMARCA) – SR. BYRON**
32 **ALEJANDRO ACUÑA ACURIO - PROC. Nº 29P-15310/2023 (d).** **FEEC** – Parecer favorável
33 exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 106 a 125. Deliberação
34 CCPG Nº 24/2023. **f) ACORDO COTUTELA FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FEM) E A**

1 UNIVERSITY OF SOUTHERN DENMARK-SDU-TEK (DINAMARCA) – SRA. NATHALIA
2 HIDALGO LEITE - **PROC. Nº 03P-15381/2023 (d). FEM** – Parecer favorável exarado pelo Prof.
3 Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 126 a 152. Deliberação CCPG Nº 25/2023.
4 **ITEM 3: RECONHECIMENTO DE DIPLOMAS ESTRANGEIROS. a) PROC. Nº 01-P-50898/2022.**
5 **IEL** – JOÃO AUGUSTO AIDAR FILHO – “Docteur” – Sorbonne Université (França). Fls. 153 a
6 158. Deliberação CCPG Nº 26/2023. A **Sra. Presidente** iniciou o Expediente afirmando que a
7 primeira informação era administrativa, mas considerava importante para a pós-graduação. O
8 Relatório Sucupira tinha de ser preenchido de forma imediata, pois o prazo que havia sido
9 estipulado para a PRPG era o dia 19 de maio de 2023, na sexta-feira seguinte. Convidou a todos
10 para a Cerimônia de Premiação do Prêmio Teses Destaque UNICAMP, que seria realizada no dia
11 25 de maio. Informou que o Reitor estaria presente e disse que gostaria que todos também
12 estivessem. Complementou que seria enviado um convite aos coordenadores dos programas e
13 afirmou que a Reitoria já tinha encaminhado um convite para toda a comunidade. Disse que
14 considerava importante a iniciativa da CCPG de reconhecer os trabalhos. Passou a palavra para o
15 Prof. Dr. Pedro. O conselheiro **Prof. Pedro Guimarães Junior (IA)** perguntou se os premiados
16 seriam revelados na hora. A **Sra. Presidente** respondeu que os premiados já estavam revelados
17 na página da CCPG desde o dia 19 de abril. Disse que eram quatro primeiros prêmios de cada
18 área de conhecimento e quatro menções honrosas. Alguns colegas tinham coordenado bancas, e,
19 segundo relatos, as bancas tinham ido muito bem e a dinâmica de trabalho tinha sido muito boa.
20 Só tinha havido um colega representando a Unicamp, e o restante eram colegas de outras
21 universidades do país. Informou que, por se tratar de um prêmio em pecúnia, tinha demorado a
22 ser implantado, visto que tinha que passar pelo Conselho Universitário. O prêmio era de cinco mil
23 e três mil reais para a menção honrosa. Complementou que o evento seria transmitido online, pois
24 havia dois alunos estrangeiros para assistir. O segundo informe era que o Relatório do GT de
25 cotas raciais na pós-graduação seria apresentado no Expediente do CONSU do dia 30 de maio de
26 2023. Alguns colegas da CCPG haviam participado do GT, o qual tinha sido muito profícuo e
27 importante para a compreensão da importância da inclusão da política na Universidade. Afirmou
28 que havia sido proposto um modelo de deliberação para o Conselho Universitário, que seria
29 avaliado pela PG e pelo Reitor. No CONSU de agosto, se tudo ocorresse corretamente, aquilo
30 seria pauta de votação. Uma das preocupações daquela deliberação tinha sido a de garantir a
31 autonomia dos programas. Complementou que tinha sido muito boa para a dinâmica da pós-
32 graduação da UNICAMP, pois significava que os programas das diferentes áreas tinham sua
33 dinâmica própria em relação à comunidade acadêmica e à compreensão de seu alunado. Reiterou
34 que a pós-graduação estimulava que a política de cotas fosse aceita e, portanto, havia uma

1 orientação para que todos os programas implantassem políticas de inclusão por meio de cotas em
2 uma proporção de, pelo menos, 25%. Disse que 45% dos programas já atendiam a recomendação
3 e outros 40% dos programas estavam querendo implantar, e alguns programas que, por questões
4 próprias e por sua dinâmica interna, ainda não haviam levantado aquela questão. Como era uma
5 política de inclusão, deveria ser sempre avaliada, visto que era transitória e um problema a ser
6 resolvido no país inteiro. A PRPG se colocava, nessa deliberação, como órgão que iria coordenar
7 a avaliação do sucesso da política de cotas e dos eventuais problemas de sua implementação nos
8 próximos programas. Exemplificou que, nos programas com grande demanda, como a Educação,
9 que tinha mais de 500 alunos, a questão da heteroidentificação era uma realidade. Tinha
10 apresentado o relatório para a Profa. Dra. Silvia Santiago, professora da DeDH, e ela havia feito o
11 mesmo comentário. A professora havia dito que as bancas tinham de ser repensadas na
12 UNICAMP, pois não precisavam tê-las como obrigatórias em todos os programas. Isso porque
13 eles não trabalhavam com fotografias, mas com o aluno presente fisicamente no momento da
14 entrevista, de forma que ele se auto identificava no momento da inscrição. Afirmou que a relação
15 na pós-graduação era muito mais pessoal do que na graduação, que tinha 5 mil candidatas. Por
16 isso, para vários programas e na dinâmica geral da pós-graduação, as bancas não eram o
17 problema e, talvez, nem precisassem ser implantadas. Passou a palavra para o Prof. Dr. Cláudio.
18 O conselheiro **Prof. Dr. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que aquele assunto da
19 Comissão de Averiguação lhe era muito caro, pois tinha trabalhado na Comissão de Averiguação
20 durante um bom tempo, inclusive como presidente. Reiterou que a Universidade, para fazer a
21 implantação de cotas, precisava criar um órgão onde pudesse, realmente, receber aquela
22 Comissão de Averiguação de forma institucionalizada. Disse que o que estava acontecendo
23 naquele momento era que, a partir do momento em que tinham necessidade, começavam a correr
24 atrás de um grupo de pessoas treinadas para fazer parte daquelas comissões. Disse que não
25 estava sendo realizado aquele tipo de treinamento dentro da universidade e que não havia mais o
26 curso de preparação. A questão da institucionalização era importante para poder ter a
27 implementação das cotas, que tinha deixado de existir. Afirmou que aquilo era uma coisa bastante
28 séria e, a partir do momento em que todo mundo soubesse que determinados cursos não faziam
29 averiguação, a tendência era de as pessoas se arrisarem mais e de tentarem usar aquela porta
30 de entrada para os cursos da Unicamp. Exemplificou que muitos candidatas que haviam se
31 autodeclarado negros e pardos nem tinham aparecido para a averiguação. A razão não era
32 necessariamente porque estavam burlando, mas acontecia muito, cerca de 15 a 20%. Afirmou que
33 a Unicamp não poderia abrir mão, de forma alguma, da Comissão de Averiguação, porque era
34 algo necessário. Não era um trabalho fácil, pois os candidatas pardos eram muito difíceis de se

1 avaliar. Mesmo com treinamento, poderiam incorrer a erros. A **Sra. Presidente** disse que, no
2 relatório, aquele tinha sido um ponto a ser mais bem tratado pela Universidade. As bancas de
3 averiguação tinham de ser especializadas e institucionalizadas como tal, de forma que as pessoas
4 que faziam parte delas tinham de ter uma função de treinamento. Evidentemente não era um
5 trabalho trivial, e era difícil encontrar colegas e pessoas na Universidade que quisessem fazer
6 aquilo o tempo todo. Afirmou que aquela era uma questão que a própria DDH teria de assumir,
7 junto com a PRPG. Havia várias visões distintas do efeito que a banca trazia e não era o caso de
8 desdobramento daquela discussão, pois não havia condição de se fazer da maneira correta. Ter
9 de provar o que ele sempre tinha sido era muito ruim para o candidato como pessoa, em termos
10 humanos. Era necessário fazer aquilo por conta da política correta, no sentido de averiguar se
11 estavam incluindo, de fato, as pessoas que deveriam estar sendo incluídas. Por isso, a relação
12 entre os efeitos e as necessidades da política era muito difícil de tratar. Então, uma vez que aquilo
13 fosse aprovado, a PRPG se juntaria, naquela discussão, com os órgãos e com as pessoas
14 qualificadas, a fim de que não errassem muito. Disse que, na graduação, o sucesso era
15 conhecido, mas era diferente. Isso porque estavam falando de um volume de candidatos que
16 requeria que aquilo ocorresse, pois não havia aquela aproximação. E, mesmo na graduação,
17 havia relatos da própria DeDH a respeito do quanto era difícil tocar naquela questão dos termos
18 humanos. Exemplificou que havia alunos com pele branca e com o pai negro ou a avó negra.
19 Indagou o que deveria ser feito, pois não era uma questão genotípica, mas sim de fenótipo. O
20 conselheiro **Prof. Dr. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que a institucionalização das
21 cotas levaria parte do problema, pois os candidatos que apresentavam características fenotípicas
22 eram avaliados de uma forma objetiva. Disse que, pela regra atual, o que valia era a característica
23 fenotípica do candidato. Se a pessoa sofria racismo pelas suas características, então ela merecia
24 participar do programa de cotas. Afirmou que a questão das cotas corrigia uma pequena parte,
25 fazia uma pequena reparação, mas não levava em consideração, por exemplo, a questão social a
26 que aquelas pessoas estavam submetidas. Enquanto Presidente, tinha visto pessoas que
27 preparavam, com muito orgulho, o discurso para falar porque estavam participando das cotas, ao
28 passo que também tinha visto pessoas que ficavam mais retraídas. Mas elas estavam ali em
29 busca de um direito e não eram obrigadas a fazer aquilo, era uma opção. Aquilo podia gerar
30 retraimento em algumas pessoas, mas, se elas passassem, teriam suas vidas mudadas, ainda
31 mais em uma boa universidade pública. Reforçou que havia momentos de constrangimento e de
32 orgulho dentro da banca, mas que não se podia utilizar aqueles momentos de constrangimento
33 para desmerecer o sistema ou para falar que ele não funcionava. A **Sra. Presidente** respondeu
34 que não sabia avaliar, e que teriam de conversar com os que realmente se envolviam com isso,

1 com os estudiosos do assunto, a fim de não errarem muito. De qualquer maneira, aquele GT tinha
2 feito discussões internas, seminários e propostas em uma direção de convergência muito grande
3 para aquela sugestão de deliberação. Tudo isso seria falado no CONSU, que seria colocado em
4 votação. Passou a palavra para a Profa. Heloísa. A conselheira **Profa. Dra. Heloisa Helena**
5 **Pimenta Rocha (FE)** disse que, na Faculdade de Educação, seria o quarto ano trabalhado com
6 as cotas naquele sistema de heteroidentificação. Era uma luta, ano após ano, para se manterem
7 naquele processo e para tentar aperfeiçoá-lo. O diálogo era muito difícil. Disse que era importante
8 consolidar aquela política na Universidade e havia um espaço que tinha sido criado para aquilo,
9 mas, realmente, encontravam muitas dificuldades. Concordou com a fala do Prof. Cláudio, de que
10 havia de se pensar, urgentemente, na institucionalização da CADER. Exemplificou que, na
11 Faculdade de Educação, havia uma média de 1000 candidatos no processo seletivo. Aquele
12 número havia caído para 500 no ano anterior, mas, ainda assim, era um volume grande, e o
13 diálogo com a CADER acabava sendo feito em processo após processo. Em relação ao
14 constrangimento, havia relatos que, inclusive, tinham levado à mudança do edital no segundo ano
15 em que tinham trabalhado com a CADER. Disse que compreendia que o processo era diferente
16 do vestibular e que o edital tinha sido refeito no segundo ano, permitindo que o candidato que
17 tinha optado pelas cotas e não havia sido validado para CADER voltasse a concorrer nas vagas
18 universais. Vinham aprendendo muito e tentando não desistir, porque era necessário
19 institucionalizar aquilo na universidade. Sugeriu que, no processo de institucionalização,
20 repensassem o nome da instância que fazia a heteroidentificação. Disse que “Comissão de
21 Averiguação” não era o nome mais correto, pois “averiguação” era um termo que vinha do jargão
22 policial, e estavam lidando com uma questão social. O país lidava com a questão racial e aquelas
23 pessoas vinham sendo, historicamente, sendo tratadas como caso de polícia. O conselheiro **Prof.**
24 **Dr. Mauro Cardoso Simões (FCA)** disse que ficava satisfeito com o fato de que tinham chegado
25 a uma proposta de deliberação após vários semestres de discussão, a ser encaminhada para a
26 CONSU e com perspectiva de votação e aprovação no mês de agosto. Achava que aquela era
27 uma discussão geral que chegava a questões muito particulares, envolvendo as unidades e os
28 programas. Disse que a CADER estava sendo inestimável para conferir credibilidade inicial àquela
29 política, que era muito bem pensada, elaborada e bem-intencionada, ainda que houvesse
30 divergências. Aquele início era bastante prudente para que tudo se assentasse e para que, em
31 sequência, pudessem fazer a avaliação ou reavaliação. Em relação à fala anterior, exemplificou
32 que tinha tido um colega que havia participado da Comissão de Averiguação. Aquele pessoa tinha
33 tido uma reação muito negativa do corpo docente e, inclusive, do orientador, que tinha passado a
34 tratá-lo de forma peculiarmente negativa. Disse que o mesmo corpo docente que tinha implantado

1 o sistema de cotas não se dispunha a levar a cabo, no dia a dia, aquela política. Parabenizou o
2 grupo do GT e afirmou que tinha grandes expectativas em relação ao convite, para que fosse
3 discutido no âmbito da FCA. A **Sra. Presidente** respondeu que, de fato, havia tido uma discussão
4 que tinha terminado no limite do GT, mas que agora começaria o trabalho. Retomou as falas
5 anteriores e disse que as questões do convencimento, da consciência do problema e do
6 acolhimento daquela necessidade eram a parte mais difícil, mas que procurariam sempre dar
7 conta. Isso porque se tratava de pessoas, de consciência, de princípios próprios, universais e
8 conhecidos. Afirmou que estava orientando os programas de pós-graduação para que todos se
9 adequassem à regulamentação. Considerava que ela era heterogênea e que podia haver
10 complicações, porque isso mexeria na forma de seleção de alguns programas. Passou a palavra
11 para o Prof. Cláudio. O conselheiro **Prof. Dr. Cláudio Chrysostomo Werneck (IB)** disse que
12 explicaria sua fala anterior. Na verdade, a maneira como a cota estava sendo instituída e
13 implementada levava em consideração a característica fenotípica do candidato. Não era
14 considerado no processo se o pai ou a mãe eram negros pois, se o aluno não apresentasse
15 nenhuma característica fenotípica, ele acabaria sendo excluído. Era o que acontecia. Era cruel,
16 mas estavam avaliando as características fenotípicas do candidato, e se tornava difícil ampliar
17 aquele leque e levar em consideração, também, o fenótipo dos pais. Disse que o sistema podia
18 gerar certo constrangimento, que estava longe de ser ideal. Era algo que estava sendo
19 implementado e que era novo para a pós-graduação. Por isso, obviamente precisaria de ajustes,
20 mas, se não houvesse algo bem direcionado e bem gerenciado para fazer aquelas mudanças,
21 ficaria muito mais difícil. Isso porque, a partir do momento em que mudassem as pessoas que
22 estavam lá, com opiniões diferentes, mudariam o sistema que tinha sido feito. Reiterou que, a
23 partir do momento em que tivessem um programa institucionalizado e com pessoas dedicadas
24 àquilo, a chance de tornar o processo o mais próximo possível do ideal seria cada vez mais alta.
25 O ideal era que a cota não existisse, mas o país estava longe daquilo. Se deixassem se levar pelo
26 que seria ideal e pelo que gostariam que fosse, nunca iria acontecer. Retomou que a maneira
27 como a cota estava institucionalizada e implementada levava em consideração a característica
28 pontual do candidato. A conselheira **Profa. Dra. Heloisa Helena Pimenta Rocha (FE)** disse que o
29 trabalho daquele GT tinha sido muito fecundo, por conta da composição de pessoas de diferentes
30 áreas, da profundidade dos debates e dos seminários e do quanto tinham avançado, com os
31 estudantes, na obtenção de um resultado bastante significativo. Disse que a questão da avaliação
32 lhe agradava muito para assegurar o percentual que seria garantido. Os seminários tinham sido
33 muito ricos. O desenho que a resolução tinha tomado e as recomendações no sentido de ampla
34 divulgação dos editais, inclusive, de direitos humanos, tinham feito com que avançassem muito e

1 com que houvesse muita aprendizagem mútua. Parabenizou a PRPG por aquela iniciativa. A
2 conselheira **Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** perguntou se teriam acesso àquela
3 resolução. A **Sra. Presidente** respondeu que seria encaminhada ao Reitor, porque seria ponto de
4 expediente. A conselheira **Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** disse que, em relação à
5 permanência, vinha notando de maneira cadente que o aluno entrava e, depois, não conseguia
6 ficar, devido a uma série de obstáculos que enfrentava. Disse que deveriam sempre discutir a
7 questão das cotas junto com a questão da permanência, também na pós-graduação. No caso do
8 IEL, havia cotas para indígenas e o caso deles era particularmente complicado, pois chegavam
9 sem conhecer ninguém. Sugeriu que pensassem em alguma maneira de acolher aqueles cotistas
10 até começarem a receber as bolsas, para garantir que eles não desistissem. Exemplificou que um
11 dos programas do Instituto de Linguística havia adotado cotas trans para o ano seguinte, mas era
12 outro assunto, não era étnico-racial. A **Sra. Presidente** disse que a questão da permanência era
13 uma preocupação, assim como a questão dos auxílios e dos recursos. Aquilo tinha sido colocado
14 no relatório. Disse que a deliberação fazia menção a um inciso, em que poderiam colocar
15 questões pertinentes, como programas que deveriam abrir, implementação de cotas para grupos
16 marginalmente estabelecidos na sociedade, por questões culturais ou distintas da questão étnico-
17 racial etc. A deliberação permitia e orientava aquilo. Disse que o GT tinha sido estabelecido para
18 tratar da questão étnico-racial. Aquela discussão não tinha avançado, pois era uma questão
19 diferente, como, por exemplo, as cotas trans, que iam para outros interlocutores. Passou a palavra
20 para a Profa. Nashieli. A conselheira **Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que
21 vinham tendo uma demanda dos próprios estudantes indígenas, principalmente na graduação,
22 pois na pós-graduação tinham poucos alunos indígenas. O curso de antropologia era o que mais
23 recebia estudantes indígenas, e eles diziam se sentir pouco acolhidos pela Unicamp, além de se
24 sentirem perdidos. Aquela era uma discussão que ia além da entrada. As formas de deliberação
25 que eles vinham trazendo eram interessantes, porque eles sempre se colocavam no coletivo. Para
26 os estudantes indígenas, era difícil a negociação individual com os professores e orientadores.
27 Disse que uma mulher indígena tinha defendido sua tese de doutorado, recentemente, no Museu
28 Nacional, no Rio de Janeiro. Aquilo envolvia, também, uma série de discussões sobre
29 representação. Não pensando somente na Antropologia, mas trazendo médicos e médicas
30 indígenas, por exemplo, para a discussão. Disse que tinha entrado um professor indígena na
31 Federal da Bahia, na área de antropologia. Então, dava para fazer um diagnóstico mais geral do
32 Brasil e trazer aqueles especialistas, que tinham terminado mestrado e doutorado, e que estavam
33 inseridos em diversos cargos, para fazer aquela discussão sobre permanência. O conselheiro
34 **Prof. Dr. Sávio Souza Venâncio Vianna (FEQ)** disse que a experiência que se tinha na

1 graduação, até o momento, não era muito satisfatória em vários aspectos, especialmente na
2 questão da permanência. Disse que os brasileiros tinham uma dívida e uma herança reconhecida,
3 mas o que se deveria ter era um ensino fundamental sólido para que as pessoas concorressem
4 nas mesmas condições. Mas aquilo não acontecia. Disse que, pelo menos na experiência da
5 FEQ, havia muita discussão, especialmente no outro governo, de que as pessoas não iriam dar
6 conta, por causa da limitação etc. Mas não era isso que tinham observado, muito pelo contrário. O
7 aluno cotista chegava agarrado àquela oportunidade, mas, muitas vezes, ele não conseguia dar
8 conta porque precisava trabalhar. Exemplificou que, em um curso de engenharia, ficava muito
9 complicado, pois a demanda era muito forte, especialmente na ordem do ciclo básico. Aquilo
10 existia e a universidade vinha pensando em políticas para manter aquele aluno com bolsas, por
11 exemplo, pois, se era um problema financeiro, tentava-se ajudar. Recentemente, um aluno tinha
12 se formado na FEQ, cuja avó tinha trabalhado como empregada doméstica na casa de uma das
13 professoras. Então, aquilo era muito bacana e de uma grande transformação, mas não sabia qual
14 era a trajetória daquele rapaz para conseguir terminar o curso. A situação na pós-graduação não
15 seria muito diferente. Era um assunto extremamente delicado. Disse que, se olhassem para o
16 próprio ambiente de trabalho, a maioria dos docentes tinham traços europeus, uma colonização
17 completamente diferente e uma realidade. Afirmou estar preocupado, pois o aluno iria entrar na
18 pós-graduação e, na FEQ, havia tido uma queda na qualidade do aluno. Se um aluno cotista
19 estivesse indo mal e fosse desligado do programa, ele poderia usar o argumento de racismo.
20 Havia uma série de coisas a serem ponderadas e, por isso, sua fala era no sentido de
21 provocação. A **Sra. Presidente** disse que entendia todas as coisas que tinham sido ditas, mas
22 que discordava de grande parte delas. A primeira delas era em relação ao problema da educação
23 básica. Não dava para começar do zero, pois tinham que dar conta do presente. Evidentemente o
24 racismo vinha de questões históricas e, então, não adiantava olhar para o ensino básico e deixar
25 a juventude fora das possibilidades de melhora, de crescimento e de contribuir para o país. Não
26 era assim que se gerava a demografia do problema. Indagou o que deveriam fazer com os jovens,
27 se olhassem apenas para as crianças. Havia experiências eventualmente ruins na graduação, nas
28 quais cabia uma política de acompanhamento, e aquilo também valia para a pós-graduação. Disse
29 que, se o aluno estava indo mal, teria de haver um programa de acompanhamento para ele. Os
30 problemas da pós-graduação pareciam ser vários, mas não era desligando o aluno que se dava
31 conta daquilo. A política de inclusão dava trabalho, pois tinha de ter acompanhamento e de dar
32 conta do saldo negativo. Os professores iriam trabalhar mais, mas era um princípio de formação
33 dos recursos humanos. O conselheiro **Prof. Dr. Sávio Souza Venâncio Vianna (FEQ)** disse que
34 a experiência que tinham na graduação tinha de ser levada em consideração para saberem como

1 iriam manter aquele aluno na pós-graduação. A **Sra. Presidente** disse que a pós-graduação era
2 ampla. Quando o Prof. Dr. José Alves tinha vindo falar com a CCPG, o quadro tinha sido muito
3 positivo. Não sabia se os cursos, isoladamente, tinham a sua avaliação. Talvez fosse o caso de
4 fazer aquele diálogo e de chamar o Prof. Dr. Ivan Toro. Aquilo era perfeitamente factível e uma
5 ideia bastante razoável, e não adiantava esperarem que a graduação tivesse sucesso como a
6 pós-graduação. Era uma ideia muito perversa esperarem que a graduação fosse muito bem-
7 sucedida para que, somente assim, implantassem na pós-graduação. O conselheiro **Prof. Dr.**
8 **Sávio Souza Venâncio Vianna (FEQ)** disse que não estava falando para esperarem, nem estava
9 se posicionando contra. Estava dizendo que havia um histórico de ações que não poderiam ser
10 negligenciadas, porque não havia indicativo de que iria acontecer diferente na pós-graduação.
11 Sugeriu que pensassem em mecanismos para manter o aluno na pós-graduação. A **Sra.**
12 **Presidente** disse que tinham muitos alunos com problemas de manutenção e de permanência,
13 sendo cotistas ou não. Disse que a diferença entre a graduação e a pós-graduação era um
14 indicativo de que a pós-graduação poderia ser diferente e estavam recebendo outro perfil de
15 aluno. Os problemas da graduação não necessariamente seriam os mesmos da pós-graduação.
16 Não queria chamar aquilo de “experimentação”, mas toda implantação tinham o momento da
17 experimentação, de tentativas e erros. Passou a palavra para a Profa. Dra. Nashieli. A conselheira
18 **Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que considerava muito complicado dizer
19 que tinha tido uma diferencial na pós-graduação depois da implantação da política de cotas, pois
20 havia outra série de problemas mais amplos naqueles últimos anos. Concordava que precisavam
21 olhar com mais atenção, que tinha chegado ao IFCH a informação referente ao que acontecia em
22 outros institutos, de que o professor não estava disposto a mudar uma vírgula de seu programa de
23 curso ou de seu comportamento. Afirmou que dava um trabalho dobrado de orientação, porque
24 eram alunos que precisavam de um acompanhamento mais próximo. Discordava de jogar a culpa
25 nas cotas por aquela baixa de rendimento na pós-graduação, pois eram outras condições que
26 deveriam ser olhadas com mais cuidado. A **Sra. Presidente** disse que, depois que fosse
27 aprovado, novas discussões surgiriam, no âmbito da CCPG, para implantar aquela política. Então,
28 solicitava que aguardassem. Reconhecia a importância daquela questão. Disse que a PRPG
29 criaria uma base de dados com a própria DAC, que vinha do trabalho do GT de avaliação da pós-
30 graduação. Comunicou que, na reunião seguinte, haveria uma apresentação dos coordenadores
31 da pós-graduação da Universidade. A pós-graduação era muito ruim de dados na Unicamp, o que
32 considerava um absurdo. Informou que a DAC iria sofisticar sua planilha com muitas informações,
33 o que seria totalmente necessário para fazerem a avaliação da política, visto que o registro de
34 alunos pretos e pardos na universidade era muito ruim. Então, aquela medida beneficiaria o

1 anuário da universidade, bem como a avaliação da política. Disse que os dados estavam sendo
2 trabalhados de maneira minuciosa e, posteriormente, seriam trazidos para a CCPG. A **Sra.**
3 **Rosângela Ballini** disse que o objetivo era a obtenção de mais informações e que alguns dados
4 fossem colocados na ficha de inscrição, para saberem quem era os interessados nos programas
5 da universidade. Acreditava que aquela medida respaldaria a política de cotas e faria com que a
6 pós-graduação conhecesse os interessados. Esperava poder apresentar a ideia na reunião
7 seguinte, com um relatório geral. A **Sra. Presidente** disse que aquilo resultaria na demanda
8 obrigatória seguinte. Era necessário ter uma ficha de inscrição universal, senão a planilha nova da
9 DAC não conseguiria ser preenchida. Disse que traria a última questão do Expediente com seu
10 relato da Reunião no Conselho Nacional de Educação, no qual tinha ido representar não somente
11 o reitor, mas a pós-graduação da UNICAMP. A Câmara do Conselho Superior tinha solicitado
12 aquela reunião, e não havia muitos componentes nela. Disse que se tratava apenas de
13 compartilhar ideias sobre como a pós-graduação deveria avançar no país, obtendo informações e
14 percepções de como recuperar a autonomia das universidades, no sentido do próprio
15 funcionamento da pós-graduação. Em 2001, o Conselho Nacional de Educação tinha tido uma
16 portaria, que havia definido que a pós-graduação seria assunto da CAPES. Desde então,
17 dificilmente o Conselho Nacional colocava a sua opinião na pós-graduação. Exemplificou que a
18 questão do ensino à distância tinha sido muito discutida no Conselho no ano anterior, e claro, era
19 de interesse total das privadas. A pandemia tinha contribuído para aquilo. No parecer do processo
20 seguinte que o Conselho tinha emitido, em meados do ano anterior, era explícito em dizer que,
21 para a pós-graduação, as questões deveriam ser referidas à CAPES. O Conselho queria retomar
22 o seu protagonismo em relação à pós-graduação, e parte dele significava orientar a CAPES e
23 sugerir mudanças na forma de funcionamento com relação às universidades. Explicou que,
24 quando se fazia a fusão de um programa, tinha que ter um ano de avaliação da CAPES para que
25 aquilo acontecesse. Aquilo tirava, das instituições, a capacidade autônoma de gestão do
26 conhecimento, dos grupos de pesquisa, dos professores e do que ela entendia que era importante
27 para a sua pós-graduação. A rigor, aquela era uma boa discussão. O Conselho Nacional de
28 Educação era, atualmente, presidido por um ex-colega da UNICAMP, o Prof. Dr. Luiz Roberto
29 Curi, que tinha estudado Ciências Sociais no IFCH há vários anos. Daí, talvez, a preferência de
30 levar a Unicamp e a USP para aquela conversa. Sobretudo para as universidades paulistas
31 públicas, a autonomia era muito evidente, coisa que não era para as federais, naqueles aspectos.
32 Considerava que aquilo poderia ser algo interessante e profícuo, mas tinha sido apenas uma
33 conversa. O Plano Nacional de Pós-Graduação iria naquela direção, e se tratava exatamente de
34 dar autonomia para os programas, para que eles dessem conta da assimetria, que eram

1 consequência, sobretudo nos cursos do norte e do nordeste. E recursos não resolviam tudo
2 aquilo, às vezes até ampliavam a própria assimetria. Os indicadores precisavam ser definidos
3 para dar conta daquilo no sistema nacional. Então, a autonomia era vista, talvez, para ajudar na
4 superação de assimetrias que o sistema de pós-graduação tinha. Disse que terminara seus
5 lembretes e abriu a palavra para os coordenadores. Passou a palavra para o Prof. Orlando. O
6 conselheiro Prof. Dr. Orlando Luís Goulart Peres contou que tinha sido enviado um e-mail
7 comunicando que, em outubro, teria a reunião do meio termo. Manifestava o desejo de saber o
8 âmbito daquela reunião, e se era uma reunião essencial para todos os coordenadores. A **Sra.**
9 **Presidente** respondeu que aquela reunião de meio termo não faria muitas mudanças na
10 avaliação, porque a ficha de avaliação estaria presa na judicialização. Então, mesmo que
11 tivessem ideias fantásticas sobre novos indicadores, ele não mudaria. No entanto, aquela reunião
12 era importante porque ela daria o norte do programa naquele meio caminho, visto que já tinham
13 dois anos de quadriênio. Aquele seria o tom da reunião. Comunicou que queriam ter uma
14 conversa da PRPG com os programas, antes daquela reunião, para que fosse muito bem-
15 sucedida. A conversa ocorreria, talvez, com os programas que mais tivessem necessidade de
16 aperfeiçoamento, para que vissem o que era preciso ser feito. Passou a palavra para o Prof. Dr.
17 Carlos. O conselheiro **Prof. Dr. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** disse que falaria sobre
18 aquela nova sistemática da CAPES em relação à distribuição de bolsas, que tinha sido
19 implementada naquele ano. Disse que ela tinha afetado muito a pós-graduação no Instituto de
20 Química. Ao final do processo, o número de bolsas seria menor que o histórico. Estava
21 preocupado, pois aquilo afetava diversos programas, principalmente a área da química. Tanto era
22 que a Sociedade Brasileira de Química tinha solicitado à Capes uma reunião com os
23 coordenadores, que tinha sido online. Esperava que tivessem percebido o quanto os programas
24 mais consolidados tinham sido afetados por aquele processo. Algumas bolsas que tinham sido
25 emprestadas aos programas haviam sido retiradas praticamente sem aviso e, então, 10% das
26 bolsas do Instituto de Química tinham sido perdidas naquela sistemática. Solicitou alguma ajuda
27 da CCPG naquele diálogo que estava tendo com a Capes. A **Sra. Presidente** disse que os três
28 pró-reitores das paulistas públicas sempre se reuniam com a Capes, até porque tinham muitos
29 problemas em comum. Disse que solicitaria aquela reunião com a Capes assim que a USP
30 nomeasse o seu pró-reitor, porque o reitor antigo tinha ido para a direção científica da Fapesp.
31 Evidenciou que tinha ocorrido muitas mudanças na Capes, incluindo novas definições de
32 distribuição de bolsas nas humanas, por exemplo, que estava fora de muitos indicadores e até do
33 IDH que se contava a partir daquilo. Era um enorme problema, inclusive em São Paulo. A Unesp
34 estava desesperada, porque ela tinha *campus* em lugares absolutamente pobres que estavam

1 registrados como São Paulo capital, onde o IDH era alto. Por isso, ela saía perdendo nos *campi*
2 de outros lugares do Estado de São Paulo, que tinham muito menos recursos. A Unicamp, por
3 estar em Campinas, tinha um IDH altíssimo. A localidade não era o problema, mas sim a questão
4 dos programas consolidados, e vários deles tinham sido afetados por conta daqueles indicadores.
5 Era uma questão de mudar os indicadores, mas aquilo requeria, certamente, conversas. Passou
6 a palavra para o Prof. Aurélio. O conselheiro **Prof. Dr. Aurélio Ribeiro Leite de Oliveira (IMEEC)**
7 disse que também tinha tido problemas na área de matemática. Pontuou que foi menos sério, mas
8 que, justamente, quando aumentou o valor das bolsas e, para a matemática, a razão era clara:
9 usar o desvio padrão na hora de computar as bolsas e, na área de matemática, esse desvio era
10 enorme. A **Sra. Presidente** lembrou que a reunião de meio termo era exatamente para falar
11 sobre aquelas coisas, porque lá seria compartilhado com a área inteira. A conselheira **Profa. Dra.**
12 **Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que o exemplo se refere ao que foi avaliado na
13 comissão de consultores da Capes na última avaliação quadrienal. Considerava que a ideia da
14 ficha era ótima, porque permitiria qualificar melhor também o perfil de alunos. Indagou como seria
15 dada a qualidade daquela discussão do efeito da diversidade nos programas. A **Sra. Presidente**
16 respondeu que estavam falando de uma ficha de inscrição universal. Considerava que o GT tinha
17 que ir na direção de fazer um programa de avaliação. A conselheira **Profa. Dra. Nashieli Cecilia**
18 **Rangel Loera (IFCH)** reafirmou que a ideia era exatamente aquela. A conselheira **Profa. Dra.**
19 **Márcia Azevedo de Abreu (IEL)** lembrou que, em alguma reunião, tinha sido sugerido que o
20 Diretor Científico da FAPESP viesse conversar com a CCPG e, naquele momento, vários colegas
21 tinham relatado dificuldades e desconfortos com os processos de avaliação e com os prazos da
22 FAPESP. Considerava que seria importante estreitar as relações com o novo diretor científico e
23 com os coordenadores de programas. Fazia diferença a relação com aquelas agências e era bom
24 cuidar das demandas institucionalmente, e não separadamente. Disse que gostaria de saber a
25 opinião dos demais. A **Sra. Presidente** disse que considerava a ideia ótima. Aquela relação
26 deveria ser na gestão de projetos de pesquisa e ainda mais na concessão de bolsas, porque
27 existiam características de projetos que já traziam índices orçamentários. Comunicou que iria
28 convidar o Prof. Márcio. Passou a palavra para o Sr. Fernandy. O **Sr. Fernandy Ewerardy de**
29 **Souza** informou a todos que seria enviada uma lista com credenciamento de orientações
30 vencidos. Ressaltou que algumas unidades estavam com uma situação assustadora, com 100
31 orientações com credenciamento vencido. Lembrou que, no regimento, estava claro que o aluno
32 podia ficar 180 dias sem orientação e, após aquilo, precisaria pedir o cancelamento do aluno. A
33 **Sra. Presidente** reforçou que estava ocorrendo um descuido com os prazos de credenciamento
34 dos docentes da pós-graduação. Pediu atenção aos coordenadores sem credenciamento

1 regularizado, porque aqueles alunos estavam sem coordenador. Relembrou que, segundo o
2 regimento, o aluno teria que encontrar o orientador com o prazo que o regimento definia. O
3 conselheiro **Prof. Dr. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** perguntou qual era a diferença entre
4 credenciamento docente e credenciamento do aluno. A **Sra. Presidente** esclareceu que a
5 responsabilidade era do estudante. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza** comunicou que aquele
6 levantamento já tinha sido feito, e que os dois anos já tinham sido esgotados e não tinham sido
7 recredenciados, no caso dos docentes. A **Sra. Presidente** disse que aquele docente que não
8 estava credenciado era, potencialmente, um orientador. A conselheira **Profa. Dra. Heloísa Helena**
9 **Pimenta Rocha (FE)** disse que eram dois processos do recredenciamento do programa, mas a
10 Unicamp tinha o credenciamento a cada dois anos, e a repercussão daquilo sobre o estudante era
11 que ele ficava sem orientador no sistema da DAC. A **Sra. Presidente** afirmou que era exatamente
12 aquilo. Perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar. Não havendo, às dez horas e
13 quarenta e três minutos, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na **405ª**
Reunião Ordinária da CCPG, realizada em 7 de
junho de 2023.